

Sumário

Número de notícias: 9 | Número de veículos: 9

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - INFORME DO DIA
SEGURIDADE SOCIAL

"Há cerca de cinco milhões de processos inconclusos no INSS" 2

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Trabalhadores recebem segunda parcela do 13º até terça; tire suas dúvidas..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas terão que inserir no eSocial dados de condenações trabalhistas 5

A GAZETA - MT - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas gastam mais tempo no Brasil..... 7

O POPULAR - GO - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Município, a célula da nossa federação (Artigo)..... 9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Capitais voltam a perder força no PIB 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Selic alta e risco fiscal no radar abrem espaço para renda fixa em 2023..... 11

O POPULAR - GO - ECONOMIA
ECONOMIA

Política fiscal deve ditar rumos do mercado 12

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - GIRO
ECONOMIA

Aeronautas mantêm greve marcada para hoje 13

"Há cerca de cinco milhões de processos inconclusos no INSS"

Sidney Rezende

ENTREVISTA FENANDA PEREIRA, ADVOGADA

Uma das autarquias mais importantes do país, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é também um dos órgãos federais sob mais pressão nos últimos anos. Se não bastasse o aumento da demanda causado pela Reforma da Previdência, a pandemia também impôs uma série de novos desafios. Em entrevista a O DIA, a advogada Fernanda Pereira, responsável pela área previdenciária do escritório Stama-to, Saboya e Rocha fala sobre as dificuldades que os clientes têm enfrentado: "Temos ações cuja tutela foi deferida pelo juiz em setembro, para implementar, com urgência, o benefício acidentário do trabalhador e até agora não foi cumprida".

O DIA: Qual é o cenário atual dos atendimentos a demandas no **INSS**?

Fernanda: Pesquisas realizadas pelo próximo governo, que assume em janeiro, estimam que haja atualmente mais de cinco milhões de processos administrativos aguardando conclusão - já fora do prazo estipulado por lei, ou seja, já em atraso.

Fala-se em acumulação de processos depois que a análise passou a ser centralizada. O que mudou e a partir de quando?

As diversas mudanças no país desde 2017 - a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência em 2019, e o impacto nas aposentadorias dos **servidores públicos** - fizeram com que muitas pessoas se aposentassem em um curto período. Isso sufocou drasticamente o sistema, por causa do déficit de pessoal para atender ao aumento da demanda. Na sequência, vivemos o caos da pandemia, que suspendeu as perícias administrativas e os atendimentos presenciais, obrigou a adequação do sistema do **INSS** e os servidores a trabalharem de forma remota, sem estrutura e treinamento adequados. Tudo isso, somado à greve dos servidores e peritos federais, por três meses este ano, provocou o acúmulo de processos administrativos. E como consequência da paralisação de um grande número de processos administrativos, tivemos um crescimento exorbitante de demandas judiciais.

O **INSS** passou a ter uma Superintendência no RJ apenas em abril. Como está a situação atual no estado?

O direito previdenciário é o tema mais judicializado em varas e tribunais federais de todo o país. Mais da metade do volume processual da Justiça Federal tem essa natureza, colocando o **INSS** no ranking dos maiores litigantes do país. Conclui-se, portanto, que ainda não ocorreram mudanças ou evolução com relação aos pleitos administrativos dos segurados, sendo a Justiça o único caminho. E, mesmo recorrendo à Justiça, há uma grande demora para cumprimento das decisões.

Temos ações cuja tutela foi deferida pelo juiz em setembro, para implementar, com urgência, o benefício acidentário do trabalhador e até agora não foi cumprida pelo **INSS**. No escritório existem processos que estão com mais de quatro meses sem que o **INSS** tenha cumprido o determinado pela Justiça.

O que acontece quando o próprio instituto descumpre uma decisão judicial?

Normalmente, o Judiciário aplica multa. Mas isso já não tem surtido o efeito esperado, que é o cumprimento da decisão pelo **INSS**. O órgão tem ignorado as determinações judiciais, deixando o decurso dos prazos sem nenhuma justificativa para isso.

O governo federal instituiu várias mudanças para coibir fraudes. Qual foi o impacto?

Em 2020, o Regulamento Geral da Previdência foi alterado de forma a criar um programa permanente de revisão da concessão e manutenção dos benefícios. Entretanto, com o atendimento impessoal, dificuldades nos agenda-mentos presenciais e diminuição dos **servidores públicos**, acredito que o procedimento, mesmo que obrigatório, não está integrado à rotina administrativa do **INSS**.

O que acontece com quem precisa recorrer à Justiça para tentar resolver problemas com o **INSS**?

O volume de processos se reflete em decisões superficiais e na demora extrema na tramitação do

processo. E quando se trata de processos previdenciários, estamos falando do bem mais precioso: a vida, a saúde, a verba alimentar. É a dignidade da pessoa, princípio constitucional, que está sendo ferido.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/10796/19-12-2022.html>

Trabalhadores recebem segunda parcela do 13º até terça; tire suas dúvidas

Renato Carvalho

Na próxima terça-feira (20), vence o prazo para pagamento da segunda parcela do 13º salário para os trabalhadores com carteira assinada. A primeira parcela deve ter sido paga pelos empregadores até o dia 30 de novembro, de 50% do último salário antes do mês de pagamento, sem descontos.

Na segunda parcela, o valor terá os descontos de todos os encargos previstos, que incidem sobre o valor integral do 13º. Portanto, o montante líquido a ser recebido pelo trabalhador será menor que na primeira parcela.

Para quem iniciou no emprego no decorrer do ano, o valor a ser pago deve ser proporcional ao período trabalhado em 2022. "Caso a pessoa tenha trabalhado mais de 15 dias corridos no mês, esse mês conta integralmente para calcular o valor do 13º", explica Caroline Marchi, sócia da área trabalhista da Machado Meyer Advogados.

Sim, na segunda parcela serão descontadas a contribuição previdenciária, identificada como **INSS** no demonstrativo de pagamento, e também o Imposto de Renda, para quem recebe acima do limite de isenção.

Nesses casos, os descontos são referentes ao valor integral do 13º salário recebido pelo trabalhador, com o valor total descontado desta segunda parcela. A primeira metade, paga até novembro, foi dessem descontos.

O valor restante do 13º salário, caso o trabalhador tenha sido demitido sem justa causa após receber a primeira parcela, deve ser pago juntamente com as verbas rescisórias.

O empregador tem dez dias para pagar a rescisão. Caso tenha trabalhado durante todo o ano, e mais de 15 dias corridos em dezembro, o valor da segunda parcela deve ser integral, ou seja, 50% do total.

O 13º é calculado com base no salário do trabalhador no mês anterior ao pagamento. Se o empregador paga a primeira parcela no dia 30 de novembro, o 13º será igual ao salário recebido em outubro.

Para os trabalhadores que recebem comissão, a

empresa deve fazer uma média aritmética dos valores recebidos ao longo do ano, ou seguindo as regras da convenção coletiva da categoria, o que for mais vantajoso para o trabalhador.

"O não-pagamento ou o pagamento incompleto do 13º salário poderá motivar ações trabalhistas, bem como multas administrativas", diz Silvia Fidalgo Lira, sócia do Ferraz de Camargo e Matsunaga Advogados.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/12/trabalhadores-recebem-segunda-parcela-do-13o-ate-terca-tire-suas-duvidas.shtml>

Empresas terão que inserir no eSocial dados de condenações trabalhistas

Adriana Aguiar

O início de 2023 deverá ser agitado para os departamentos de recursos humanos e jurídico das empresas. A partir do dia 16 de janeiro, terão que passar a inserir no sistema do eSocial informações de praticamente todas as condenações definitivas na Justiça do Trabalho, além de acordos firmados com ex-empregados.

O eSocial limpa à empresa só de prestar informações, quase em tempo real, sobre obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

Com as mudanças, segundo especialistas, a União passará a ter um mapeamento completo dos pagamentos de FGTS e contribuições previdenciárias decorrentes de acordos e condenações na Justiça do Trabalho.

E abrirão à **Receita Federal** a possibilidade de questionar valores e, eventualmente, autuar empresas.

De acordo com as regras do manual da nova versão do eSocial (Versão S-1.1), as empresas deverão registrar casos - ações e acordos celebrados nas Comissões de Conciliação Prévia (CCP) e nos Núcleos Intersindicais (Ninter) - concluídos a partir do dia 1º de janeiro de 2023.

Serão solicitados dados não só dos processos ajuizados diretamente contra a empresa, mas também daqueles em que for condenada de forma solidária ou subsidiária - como tomadora de serviço terceirizado.

Entre as informações exigidas estão o período em que o funcionário trabalhou na empresa, remuneração mensal, pedidos do processo e o que diz a condenação, além da base de cálculo do FGTS e da contribuição previdenciária.

Esses dados devem ser incluídos até o 15º dia do mês subsequente à decisão ou acordo homologado.

Se na decisão não houver definição do valor da condenação, o que é muito comum na Justiça do Trabalho, a empresa poderá esperar pelos cálculos na fase de execução (cobrança) para incluir essas informações no eSocial.

Apesar do prazo estar próximo, muitas empresas ainda não estão atentas às alterações, de acordo com o advogado Cleber Venditti, sócio da área trabalhista do Mattos Filho. Quem não cumprir as determinações, alerta, estará sujeito a uma multa, que pode chegar a R\$ 42.564 e dobrar em caso de reincidência.

O prazo imposto, destaca a advogada Marcela Ortega, do Machado Meyer, pode ficar bem curto a depender do dia em que a decisão transitar em julgado. Se o processo for finalizado no dia 1º do mês, a empresa terá até o dia 15 do próximo período para inserir as informações no eSocial. Mas se a ação for encerrada no fim do mês, no dia 30, por exemplo, o prazo também será o dia 15.

"Serão 15 dias para incluir os dados no sistema. Por isso, o jurídico interno e externo e o departamento de recursos humanos terão que estar muito bem conectados.

As informações terão que fluir de forma rápida", diz a advogada, acrescentando que praticamente todas as condenações e acordos terão que ser incluídos.

São todas as condenações que tratam de vínculo empregatício ou que tenham pagamento de contribuições previdenciárias. "É muito difícil ter uma ação que não tenha o deferimento de verbas que gerem cálculo de **INSS** e FGTS", afirma Marcela. "Pedidos clássicos como horas extras, 13º salário e adicional noturno geram." Essas informações, diz o advogado Cleber Venditti, poderão ser de grande valia ao governo. "Nunca foram organizadas [essas informações].

A **Receita federal** é intimada nos processos, mas outros órgãos de fiscalização não", diz ele, acrescentando que, agora, a União terá uma visão geral dos processos trabalhistas e condenações e poderá, por intermédio da Receita, questionar os valores pagos de **tributos**.

Ele cita como exemplo um caso de reconhecimento de vínculo de emprego de um trabalhador que recebia R\$ 10 mil por mês como pessoa jurídica e ficou um ano na empresa. Na condenação, a empresa terá que pagar contribuições previdenciárias sobre 13º salário, férias e outras verbas. Mas a **Receita Federal** poderia questionar o pagamento sobre esses valores mensais

recebidos, uma vez que ele foi reconhecido como empregado .

"A longo prazo, pode gerar impacto na arrecadação", afirma Venditti. De acordo com ele, o Ministério Público do Trabalho (MPT) também poderia solicitar informações constantes no eSocial para embasar ou direcionar suas fiscalizações.

Já se sabia, diz a advogada Leticia Ribeiro, sócia do escritório Trench Rossi Watanabe, que em algum momento esses dados seriam solicitados. "Porém, as empresas não estão ainda muito atentas a essa nova obrigação", afirma.

Além das informações que deverão constar no eSocial, os valores previstos nos processos e acordos ao **INSS** também passarão a ser pagos pelo sistema, segundo Beatriz Neves, gerente de Conformidade Legal de Produtos da ADP, empresa de soluções em recursos humanos, que atuou no projeto-piloto do eSocial.

Hoje, o departamento jurídico, depois de uma decisão transitada em julgado, deve gerar a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à **Previdência Social** (GFIP) e recolher a contribuição previdenciária.

"Agora as empresas terão cerca de um mês para adequar seus fluxos e decidir quem vai fazer essa transmissão [RH ou jurídico]. Ou se vão centralizar essas informações em uma equipe mista", diz Beatriz.

Para o ano que vem, afirma, estão previstas outras alterações no eSocial, como a inclusão do pagamento do Imposto de Renda (IR) descontado da folha de pagamentos.

A previsão, para essa mudança, é maio. E no segundo semestre, acrescenta, entra o recolhimento do FGTS por meio do sistema.

Procurado pelo Valor, o Ministério do Trabalho informa, por meio de nota, que "a implantação beneficiará os empregadores, reduzindo o tempo despendido na declaração das informações de processos judiciais trabalhistas. Vai evitar, por exemplo, que o empregador reabra e reprocesse as folhas de pagamento relativas a várias competências apenas para incluir diferenças salariais de um trabalhador".

Também por nota, a **Receita Federal** afirma que "este aperfeiçoamento no envio das informações referentes a processos trabalhistas, bem como a integração com a DCTFweb, resultará em maior segurança e controle de todo o processo, tendo como consequência,

melhoria na qualidade das informações prestadas e maior garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores".

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20221219/>

Empresas gastam mais tempo no Brasil

Peso da carga tributária dificulta abertura e desenvolvimento de empresas no Brasil. Pesquisa realizada pela plataforma "Cupom Válido" revela que país é o líder do ranking no qual as companhias mais gastam tempo para cumprir as obrigações fiscais. Em média, os empresários levam pouco mais de 1.501 horas por ano para ficar em dia com os **impostos**. O indicador é seis vezes maior em relação à média global -de 233 horas anuais. O vice-presidente institucional da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL Cuiabá), Júnior Macagnam, define a pressão fiscal como o "calcanhar de Aquiles" dos comerciantes e entende que a necessidade de uma **reforma tributária** é urgente. Para quase metade (47,7%) do empresariado nacional, os **impostos** são os maiores entraves para a evolução dos negócios, aponta levantamento do Centro de Estudos em Negócios do Insper. Segundo o empresário, as empresas e seus representantes devem assumir responsabilidades e serem mais ativos para fomentar a geração de empregos, renda e desenvolvimento. "Nosso sistema é injusto e arcaico. A grande maioria da arrecadação é no consumo, mas nos sistemas mais modernos o recolhimento é baseado na renda, no patrimônio e nos ganhos. A reforma precisa ser mais justa e não onerar ainda mais, além de simplificar e criar mecanismos para combater a informalidade", analisa.

Burocracia

Um dos desafios quase inerente à ocupação de empreendedor é a burocracia. Isso porque as empresas precisam ter equipes dedicadas para gestão fiscal e são incentivadas a não crescer para se manter em um regime com carga tributária menor, o que gera incertezas para empresários e investidores estrangeiros. De acordo com um estudo publicado por Cavalcanti, Magalhães e Tavares, caso os procedimentos e atrasos fossem reduzidos à metade no Brasil, a renda per capita no longo prazo seria até 25% maior. "Estima-se que a evasão fiscal por ano no Brasil seja algo em torno de R\$ 600 bilhões devido ao fato do nosso sistema exigir maior número de pessoas e horas trabalhadas para realizar o pagamento. Portanto, precisamos muito do apoio do poder público. Com a simplificação e o corte de **impostos**, melhora-se o ambiente de negócios, fazendo com que o setor possa alçar voos mais altos", comenta Macagnam.

Oferta é menor por conta das altas taxas

Além da carga tributária e da burocracia, outro gargalo para as empresas do país está relacionado à menor

oferta de linhas de crédito, decorrente da alta da taxa básica de juros. Depois de uma grande disparada iniciada no ano passado, a Selic atualmente está no patamar de 13,75% ao ano. A medida tem o objetivo de controlar a **inflação**. O gerente Sênior da Peers Consulting, André Pinheiro, explica que os juros elevados e a restrição de empréstimos afetam a estratégia e as ações das empresas, principalmente na forma de gerenciamento do seu capital de giro e no reflexo das mudanças necessárias na operação. Tudo isso em razão do aumento do custo do dinheiro necessário para conduzir as suas atividades. Dentre outras consequências, a conjuntura pode provocar redução no número de opções de produtos disponíveis no varejo, seja pela diminuição da velocidade nos investimentos ou pelo aumento na seletividade das aquisições dos clientes. "É um ciclo vicioso que acaba influenciando a economia como um todo", frisa o especialista. (JF)

Especialistas dão orientações fundamentais

Diante de um ambiente econômico desfavorável, é fundamental que as empresas realizem investimentos certos para evitar prejuízos e expandir suas margens de lucro. O primeiro passo, conforme os especialistas em logística empresarial, deve ser o gerenciamento das compras para o estoque e o controle de entrada e saída de mercadorias por meio de programas de automação. A partir daí, os empreendedores têm acesso a informações cruciais como os itens mais procurados, época de pico de vendas, entre outros dados com economia de tempo, recursos e materiais. No caso dos negócios que trabalham com comércio de itens perecíveis, é essencial dar uma atenção especial ao sistema de armazenamento para que os produtos não estraguem ou sejam danificados. Outra dica valiosa é apostar em conteúdos para as redes sociais. "Busque a criatividade para criar peças de publicidade atraentes com investimentos mais baixos. Procure envolver mais os clientes com o seu produto principal", sugere a consultoria e-Sales. (JF)

Equipe preparada faz toda a diferença

Por fim, mas não menos importante, a sugestão é para que os empreendedores invistam em treinamentos e capacitações das suas equipes de atendimento. Mesmo com o avanço da tecnologia em diversos segmentos comerciais, contar com funcionários preparados é vital para melhorar a performance das vendas e fazer a economia virar realidade. "Quando a

pessoa que está ali, no dia a dia do estoque, consegue analisar dados e identificar padrões, ele tem mais poder para traçar e executar estratégias com foco na eficiência: fazer mais gastando menos, o objetivo de qualquer empresa", enfatiza Henrique Rebello, diretor executivo da Alterdata - companhia voltada para soluções empresariais e contábeis. (JF)

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/>

Município, a célula da nossa federação (Artigo)

Na atual conjuntura política e social, é essencial que se tenha um novo olhar para os municípios. Alçado ao status de "ente federado" na Constituição de 1988, ele é o elo mais frágil e o mais importante dos três níveis de governo. Temos 5568 municípios, com gestores e gestoras que buscam equilibrar as finanças públicas com as enormes injustiças contra esse que é, efetivamente, o ente que está mais próximo do cidadão brasileiro.

É desleal, para se dizer pouco, a forma como é feita a distribuição do bolo tributário, que é a soma de tudo que se arrecada nas três esferas de governo. Somente algo em torno de 19% retorna para as administrações municipais. Em sentido contrário, todavia, cada vez mais responsabilidades são imputadas, como que goela abaixo, para os prefeitos e prefeitas, sobrecarregando os já combalidos cofres municipais.

Em 2023 teremos um Congresso Nacional renovado. Com o governo federal sob "novas rédeas", é um momento oportuno para se firmar um grande acordo, para um novo pacto federativo e para uma **reforma tributária** justa, que tire, ou no mínimo amenize, a concentração da distribuição do bolo tributário das mãos da União e dos estados.

Estudos e pesquisas mostram que o governo federal teve significativo aumento de arrecadação de **impostos** nos últimos anos, mas o que coube aos municípios foi um aumento nas responsabilidades desproporcional ao ganho financeiro.

O que é mais grave, no entanto, é que muitas destas responsabilidades foram transferidas sem nenhum aporte financeiro ou indicação de como seriam pagas essas despesas. Esta distorção impacta a prestação dos serviços públicos e atendimento das demandas de nossa população, obrigando os prefeitos e prefeitas a se tornarem malabaristas para equilibrar receitas e as crescentes despesas.

Mesmo diante deste paradoxo, não é raro a ingloria reputação de mal gestores(as). Mal sabem as pessoas, nossos munícipes, que é exatamente o contrário. Diariamente, tomamos decisões com grandes restrições financeiras e não deixamos de atender nossa população como um serviço público exímio e esmerado.

Não há federação sem municípios, que é a célula do nosso sistema federativo. Esperamos, diante do cenário que se inicia em 2023, que os municípios brasileiros sejam respeitados pelo que reza no texto constitucional no que tange a sua autonomia. A FGM, na vanguarda do movimento municipalista, luta para que autonomia não exista apenas na letra da lei.

Haroldo Naves é prefeito de Campos Verdes, presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM) e vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM)

Site: <https://opopular.com.br/digital/19-dezembro-2022/1o-caderno>

Capitais voltam a perder força no PIB

Com o impacto da pandemia sobre o setor de serviços, as capitais voltaram a perder participação no Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil em 2020, aponta pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o órgão, essas metrópoles responderam por 29,7% do **PIB** no ano inicial da crise sanitária.

É a menor participação das capitais no indicador de atividade econômica desde o início da série histórica, em 2002. O resultado representa uma perda de 1,7 ponto percentual ante 2019, quando a taxa estava em 31,5%. A participação das capitais era de 36,1% em 2002, no começo da série.

Os demais municípios responderam por 70,3% do **PIB** nacional em 2020. A participação ficou 1,7 ponto percentual acima da registrada em 2019 (68,5%). A taxa era de 63,9% no ano inicial da série. Os dados integram a pesquisa do **PIB** dos municípios. Na visão de analistas do IBGE, os dados reforçam a tendência de "desconcentração" da atividade econômica ao longo dos anos.

Em outras palavras, é como se uma parte do **PIB** tivesse migrado dos grandes centros urbanos para o interior do país, apesar de as metrópoles seguirem com um peso relevante no indicador.

Antes da pandemia, os demais municípios já ganhavam participação devido ao avanço de atividades desenvolvidas longe das capitais, incluindo aquelas voltadas para commodities como soja e minério de ferro. Já em 2020, enquanto segmentos como a agropecuária permaneceram com a demanda aquecida, o setor de serviços foi prejudicado pelas restrições à circulação de pessoas.

Isso, diz o instituto, contribuiu para a perda de participação das capitais, já que os serviços estão mais concentrados nos grandes centros urbanos. O setor envolve atividades diversas, desde o comércio até os transportes e as áreas de educação e saúde. "As capitais sentiram mais o peso da pandemia", afirmou Luiz Antônio de Sá, analista do IBGE.

Em 2020, a cidade de São Paulo concentrou 9,8% do **PIB** do país. O resultado representa uma perda de 0,49 ponto percentual frente a 2019. Mesmo assim, a capital paulista segue com folga no topo do ranking. É seguida por Rio de Janeiro (4,4%), Brasília (3,5%),

Belo Horizonte (1,3%), Manaus (1,2%), Curitiba (1,2%), Osasco (1%) e Porto Alegre (1%).

Dos 25 maiores PIBs municipais, 11 são de capitais. Esses 25 locais respondem por 34,2% do indicador nacional. Na passagem de 2019 para 2020, São Paulo (-0,49 ponto percentual), Rio de Janeiro (-0,45 ponto percentual), Brasília (-0,21 ponto percentual), Curitiba (-0,14 ponto percentual) e a paranaense São José dos Pinhais (-0,12 ponto percentual) tiveram as maiores perdas de participação.

São Paulo, Rio e Curitiba foram afetadas pelo comércio. Brasília teve queda associada a atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, diz o IBGE. No sentido contrário, Parauapebas e Canaã dos Carajás, no Pará, foram os municípios que mais ganharam participação no **PIB** em 2020, frente a 2019. Os avanços foram de 0,19 ponto percentual e 0,15 ponto percentual, respectivamente.

Com isso, as duas cidades passaram a responder por 0,50% e 0,30% do **PIB**. O avanço na extração de minério de ferro foi apontado pelo IBGE como o principal responsável pelos resultados da dupla.

Manaus teve o terceiro maior ganho de participação entre os municípios em 2020. A alta foi de 0,06 ponto percentual, para 1,21% do **PIB** nacional. A capital amazonense, que reúne empresas da Zona Franca, teve impacto da indústria de transformação.

(Da Folhapress)

Sítio:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=15800>

Selic alta e risco fiscal no radar abrem espaço para renda fixa em 2023

Com a taxa de juros básica em 13,75% ao ano, é um consenso entre analistas do mercado financeiro que os próximos 12 meses serão muito favoráveis para as aplicações em renda fixa - principalmente os ativos pós-fixados, aqueles que seguem a Selic. "A taxa de juros já está alta e extremamente atrativa. Devido ao ambiente que vem se desenhando, continuará em alta no ano que vem", diz Jaqueline Benevides, analista de renda fixa da casa de análises do TC.

O cenário ao qual a analista se refere é o aumento do risco fiscal, com a mudança de governo e o andamento da "PEC da Transição" no Congresso. Para viabilizar o pagamento do novo Bolsa Família (atual Auxílio Brasil) de R\$ 600, com adicional de R\$ 150 por criança de até seis anos de idade, promessa feita pelo presidente eleito Lula, a equipe de transição criou a Proposta de Emenda à Constituição para acomodar o benefício no Orçamento.

A conjuntura de aumento de gastos públicos afeta diretamente as expectativas para **inflação** e, conseqüentemente, os juros. Se antes o entendimento era de que o Banco Central poderia começar a cortar juros em meados de 2023, agora esses cortes são esperados apenas para o fim do ano. Há agentes que já pensam até em uma nova rodada de alta nos juros.

"É um ano que promete para a renda fixa", afirma Ricardo Jorge, especialista em renda fixa e sócio da Quantzed. "Não existe mais essa possibilidade (de corte na metade do ano que vem), dada toda a precificação que o mercado tem feito por conta do risco fiscal e da PEC da Transição. E isso vai beneficiar os investidores que migrarem da renda variável para a fixa."

Essa também é a visão de Vinicius Romano, especialista de renda fixa da Suno Research, e Simone Albertoni, analista de produtos de renda fixa da Ágora. "Temos um cenário bem adverso, sem perspectivas de controle e responsabilidade com os gastos públicos. Precisamos esperar como deve ser o desfecho da PEC da Transição", afirma Romano. "Para 2023, os juros devem continuar em patamares altos porque essa questão do risco fiscal deve continuar no radar", diz Albertoni.

Percepção

Conjuntura de alta dos gastos públicos afeta as expectativas para a **inflação** e os juros

OPORTUNIDADES. No ano que vem, não faltarão oportunidades na renda fixa. Com os juros ainda em dois dígitos, os pós-fixados são a principal recomendação, já que pagam a variação da Selic e não possuem marcação a mercado.

Isto quer dizer que não há chances de perder o dinheiro investido, diferentemente do que ocorre nos prefixados e indexados à **inflação**, sujeitos às condições de mercado em caso de resgate antes do vencimento.

O Tesouro Selic é o mais conservador entre os pós-fixados e remunera a Selic. Contudo, existem os títulos privados, como os Certificados de Depósito Bancário (CDBS), que pagam um percentual do CDI (taxa próxima à Selic), possuem liquidez diária e cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) até o valor de R\$ 250 mil investidos.

Ainda há as Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio (LCIS e LCAS), isentas de Imposto de Renda (IR) e com cobertura do FGC. "A opção com menos volatilidade é o pós-fixado, que se beneficia com a alta da Selic. LCIS e LCAS são as grandes oportunidades", aponta Jorge, da Quantzed.

Simone Albertoni, da Ágora, dá a dica de procurar CDBS de bancos menores, que costumam oferecer retornos mais altos. "Óbvio que aumenta um pouco o risco, mas tem a garantia do FGC. Portanto, esses certificados acabam sendo uma oportunidade bacana", afirma.

Já os prefixados (cuja rentabilidade anual é fixa em caso de resgate no vencimento) e indexados à **inflação** (que pagam o IPCA mais uma taxa prefixada) são para aqueles investidores que podem deixar os recursos em longo prazo e não são aversos à volatilidade.

NA WEB

Baixe o guia "Onde Investir em 2023" por meio do Qrcode investidor.estadao.com.br

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Política fiscal deve ditar rumos do mercado

Analistas de mercado têm a avaliação que o desempenho da Bolsa brasileira em 2023 estará condicionado ao plano de voo do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas contas públicas.

Os investidores estrangeiros, que já demonstravam maior otimismo com o novo mandato do petista em comparação aos agentes de mercado no Brasil, apresentam uma visão mais favorável sobre a condução da política econômica, o que os leva a projetar uma performance mais destacada das ações.

Cálculos do Bank of America (BofA) e da JPMorgan projetam o índice de ações Ibovespa em 135 mil e 130 mil pontos em dezembro de 2023, respectivamente. Os "gringos" apostam que, apesar dos ruídos, a equipe econômica apresentará alguma regra fiscal no lugar do teto de gastos que seja capaz de controlar a trajetória de crescimento da dívida pública, abrindo espaço para a queda da inflação e da taxa Selic.

Já no caso dos investidores locais, a visão é bem mais cautelosa. O Banco Inter e a Genial Investimentos estão entre as mais pessimistas, por acreditarem que o risco fiscal não permitirá ao BC (Banco ("entrai) iniciar tão cedo o ciclo de corte na taxa Selic, impedindo um ajuste para cima nos preços das ações.

O fluxo estrangeiro para as ações, que tem sido forte ao longo de 2022, com saldo positivo de R\$ 110 bilhões no acumulado do ano, até 14 de dezembro, pode contribuir para sustentar uma valorização do Ibovespa. (FP)

Site: <https://opopular.com.br/digital/19-dezembro-2022/1o-caderno>

Aeronautas mantêm greve marcada para hoje

O Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) anunciou que começa nesta segunda-feira a greve da categoria nos principais aeroportos do país. Os pilotos e comissários devem cruzar os braços todos os dias entre as 6h e 8h. Os trabalhadores rejeitaram em votação virtual realizada no fim de semana a proposta apresentada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Entre os 5,7 mil votantes, 76,4% rejeitaram o oferecido pela mediação do tribunal.

A proposta apresentada ontem pelo vice-presidente do TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, prevê reposição de 100% da **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, mais aumento real de 0,5%. Os percentuais incidem sobre os salários fixos e variáveis.

O presidente do SNA, Henrique Hacklaender, orientou aos tripulantes que compareçam amanhã aos aeroportos, mas que não façam decolagens entre as 6h e 8h. A greve está prevista para ocorrer em São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte e Fortaleza.

Hacklaender destacou que além do ganho real sobre os salários, a categoria quer melhores condições de descanso. Os trabalhadores reivindicam pontos como a proibição de alteração dos dias de folga e o cumprimento dos limites já fixados do tempo em solo entre etapas de voos. (Agência Brasil)

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/brasil/2022/12/aeronautas-mantem-greve-marcada-para-hoje.html>